

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA: identidade, luta e política pública

Larissa Carvalho Coelho¹

RESUMO

Estudo sobre a política pública da educação escolar quilombola. o problema de pesquisa traduzindo na questão: em que medida a educação escolar quilombola atende às reivindicações de movimentos quilombolas? O objetivo geral é analisar criticamente a importância de políticas educacionais na forma de educação escolar específica para comunidades quilombolas enquanto reivindicação e a construção dessas políticas pelos entes estatais. Especificamente: a) compreender a relação entre a educação institucionalizada e as identidades quilombolas; b) pesquisar a construção de políticas públicas educacionais para a população quilombola no Brasil e no Maranhão e; c) analisar os contextos estruturais que envolvem as reivindicações quilombolas e atuação estatal quanto à educação básica quilombola. Discute a construção da educação escolar quilombola como política pública educacional específica como uma reivindicação do movimento quilombola e importante política para a valorização das identidades frente às dificuldades ocasionadas pela estrutura capitalista, colonialista e racista.

Palavras-chave: educação; quilombola; políticas públicas.

ABSTRACT

Study on the public policy of quilombola school education. the research problem translating into the question: to what extent does quilombola school education meet the demands of quilombola movements? The general objective is to critically analyze the importance of educational policies in the form of specific school education for quilombola communities as a claim and the construction of these policies by state entities. Specifically: a) understanding the relationship between institutionalized education and quilombola identities; b) research the construction of educational public policies for the quilombola population in Brazil and Maranhão and; c) analyze the structural contexts that involve quilombola claims and state action regarding basic quilombola education. It discusses the construction of quilombola school education as a specific educational public policy as a claim of the quilombola movement and an important policy for the valorization of identities in the face of the difficulties caused by the capitalist, colonialist and racist structure.

Keywords: education; quilombola; public policy.

¹ Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Graduada em Direito (UFMA). Mestranda em Políticas Públicas (PPGPP/UFMA). E-mail: larissacarvalhc@gmail.co

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

1 INTRODUÇÃO

A educação escolar é fruto de políticas públicas educacionais, ou seja, do que o Estado, enquanto sociedade política, decide no campo escolar enquanto ambiente de ensino-aprendizagem (OLIVEIRA, 2010, n.p.). Nesta abordagem, enfoca-se a importância das análises das decisões que orientam os sistemas de ensino inseridos em comunidades quilombolas enquanto grupos étnicos predominantemente constituídos por população negra rural, historicamente subalternizados, com valores culturais específicos e contra-hegemônicos e protagonistas de muitas lutas pela efetivação de direitos.

Conforme o art. 205 da Constituição Federal: “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988). Mas deve-se pensar no significado do “pleno desenvolvimento da pessoa”, do “exercício da cidadania” e sobre qual “qualificação para o trabalho”, visto que existe uma pluralidade de culturas nas quais as pessoas estão inseridas, também protegidas pela Constituição, como é o caso da população quilombola.

Nesse sentido, foi através da luta dos movimentos sociais, sobretudo do movimento quilombola, que a Educação Básica Quilombola tornou-se um importante direito étnico a ser efetivado por meio de políticas públicas executadas pelos entes federativos. De acordo com a Resolução nº 8/2012 CNE/CEB, que instituiu as Diretrizes para Educação Básica Quilombola: “Art. 59 É responsabilidade do Estado cumprir a Educação Escolar Quilombola tal como previsto no art. 208 da Constituição Federal”.

No entanto, o Estado brasileiro é regido pelo sistema capitalista, onde as desigualdades são pungentes, e opressões como o racismo são estruturantes da

PROMOÇÃO



APOIO

sociedade. A aplicação de políticas públicas não está desassociada desse status quo. Assim, elaborou-se o problema de pesquisa traduzindo na questão: em que medida a educação escolar quilombola atende às reivindicações de movimentos quilombolas?

Nesse íterim, como objetivo geral do presente trabalho buscou-se analisar, de forma crítica, a importância de políticas educacionais na forma de educação escolar específica para comunidades quilombolas enquanto reivindicação e a construção dessas políticas pelos entes estatais. Especificamente, trata-se de: a) compreender a relação entre a educação institucionalizada e as identidades quilombolas; b) pesquisar a construção de políticas públicas educacionais para a população quilombola no Brasil e no Maranhão e; c) analisar os contextos estruturais que envolvem as reivindicações quilombolas e atuação estatal quanto à educação básica quilombola.

Utiliza-se da perspectiva teórico metodológica do materialismo histórico dialético, entendendo a necessidade de ultrapassar a aparência e captar a essência do objeto escolhido, analisa-se a estrutura e dinâmica envolvida, do capitalismo, colonialismo e racismo.

2 EDUCAÇÃO ESCOLAR E IDENTIDADE QUILOMBOLA

Ressalta-se que um ensino alheio à realidade sociocultural de uma comunidade quilombola pode, aos poucos, destruí-la:

Quando as narrativas orais desaparecem, o direito de ser quilombola também vai desaparecendo, como ocorre com as assombrações e encantamentos. Então destruir as narrativas é uma maneira de destruir a possibilidade de afirmação identitária, pois se passa a contar a história do outro. (OLIVEIRA; MARTINS, 2018, p. 150)

Quando se trata de comunidades tradicionais, a identidade autodeclarada, os modos de vida e práticas culturais compõem a essência de suas existências. Como escreveram quilombolas do Quilombo da Fazenda, de Ubatuba/SP, há a necessidade de lutar por direitos étnicos enquanto direitos a diferenças. Eles

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



explicam que, embora estejam inseridos no capitalismo, nem sempre são as relações de mercado que orientam suas práticas. Como exemplo, a reivindicação pela terra coletiva já demonstra outra noção de terra: “terra para trabalho e não para venda”. Em função dessa diferença, o direito étnico que inclui uma escola que atenda à especificidade é reivindicação. Ressalta-se: “a noção de cidadania nos ajuda a reivindicar direitos, entretanto, sua origem mais urbana pode mascarar nossas reivindicações mais locais e menos generalizantes” (OLIVEIRA; MARTINS, 2018, p. 155-156).

Nesse sentido, ressalta-se que os quilombolas não precisam ir à escola para adquirir cultura, porém querem ir a escola para ampliar conhecimento e poder de luta:

Porém, o fato de dizermos que não precisamos frequentar a escola para adquirirmos cultura e que nossa cultura não é inferior a cultura das pessoas que vão à escola, não quer dizer que não queremos ir à escola e aprender tudo o que a escola pode nos ensinar. Queremos ampliar nossos horizontes e também sabemos que num mundo dominado pela cultura escrita, aprender as ferramentas para utilizá-la é condição para não permanecermos na condição de subordinação, exclusão e marginalização, em que viveram nossos antepassados. É preciso reconhecer, portanto, que o conhecimento amplia nosso poder de decisão e de luta. Por exemplo, as lutas pelo reconhecimento de terras quilombolas exigiram ferramentas próprias à cultura escrita, sem as quais talvez não tivéssemos ainda conquistado o reconhecimento de nossas terras, mesmo sendo quilombolas. (OLIVEIRA; MARTINS, p. 161)

Nesse sentido, Dona Dalva, liderança do Quilombo Santa Rosa dos Pretos, localizado em Itapecuru-Mirim, Maranhão, em entrevista concedida no dia 14 de maio de 2021, afirmou não ter tido escola, que em sua época havia escola para preto, mas fez considerações sobre o que deseja para a escola quilombola que seus netos frequentam:

Minha filha, nossa educação quilombola, desde o começo, eu queria que as diretoras, as professoras, botassem nossas crianças como uma pessoa mais educada na escola. Dissesse pra nossos filhos, pra nossos netos, que nós aqui depende da matriz africana. Que botasse eles pra respeitar os Encantados, porque que nós não anda só no mundo. Que botasse em primeiro lugar para respeitar Deus e Nossa Senhora. Que botasse as crianças pra respeitar os Santos de Guarda que nós temos no Quilombo.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Chamasse as pessoas da comunidade pra ensinar as crianças. Aqui, por exemplo, eu ensino as minhas netas, e os outros?

[...] Eu queria que as professoras, que o prefeito, na hora de formar o quadro dele, passasse e sentasse com a comunidade. [...] Minha filha, eu tenho um neto que vai fazer três anos, ele vai completar agora em junho. Se tu visse ele dançando capoeira... você não diz. E o prefeito não me chama um professor de capoeira pra dar aula na escola. [...] Eu queria uma pessoa que ensinasse, porque hoje a criança não aprende só você lendo pra ele e mandando ele escrever, a criança também tem que ter o tempo. Vamo ensinar a cultura pra essa criança? Vamo ensinar pra essa criança como é que se toca uma caixa? Mas isso nunca se teve na escola. (Maria Dalva Pires, 14 mai. 2021)

Ressalta-se que, nesse contexto, a educação deve servir para ampliar o poder de luta. A luta é necessária para a existência, diante de inúmeros conflitos motivados pela tentativa de homogeneização social do sistema capitalista e divergência de interesses, modos de vida e valores (o que é abordado nas discussões do tópico 4). O poder de luta advém da identidade específica e contra-hegemônica da comunidade e, assim, a educação quilombola é importante na medida em que valoriza essa identidade.

3 CONSTRUÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL QUILOMBOLA: a escola quilombola

A oferta do ensino formal nas comunidades quilombolas, em regra, se dá através das políticas públicas educacionais. No cenário nacional, até um determinado momento, as implementação de políticas para Quilombolas eram restringidas ao Ministério da Cultura e não eram abrangidas por programas sociais de outra natureza. A partir de decreto presidencial de 2003, foi definido o Programa Brasil Quilombola, a partir do qual a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), vinculada à Presidência da República, passou a ser articuladora das ações para quilombos que passaram a estar distribuídas pelos diferentes ministérios (ARRUTI, 2009, p. 80).

Assim, surgiram políticas formuladas como simples extensão de políticas universais ou focadas na pobreza, com o reconhecimento de que as consequências

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

históricas produzidas pela escravidão e pela exclusão sistemática dos serviços e recursos disponibilizados pelo Estado, aproximando as políticas voltadas para a população quilombola das políticas voltadas para a população negra em geral (ARRUTI, 2009, p. 83). Mas,

De outro lado, há uma segunda modalidade de reconhecimento, que corresponde ao reconhecimento não só da exclusão sistematicamente imposta pela fração politicamente dominante às demais parcelas da sociedade nacional, mas especificamente ao reconhecimento das formas próprias e distintas de organização social e cultural destas outras parcelas da sociedade nacional, que hoje tendem a ser designados também de forma particular. Neste segundo caso, o reconhecimento não pode ser reduzido à redistribuição, ainda que, evidentemente, a inclua. Esta segunda modalidade de reconhecimento implica em ultrapassar a visão do outro que o reduz apenas ao pobre, ao deficitário, ao dominado, para percebê-lo como efetivamente diferente. A extensão e natureza desta diferença não estão previamente definidas e não são necessariamente inerentes a tais grupos. Mas tal reconhecimento deve implicar na investigação sobre tais diferenças e sobre o quanto elas implicam não só na extensão das políticas universais, mas na proposição de políticas efetivamente diferenciadas. [grifo nosso] (ARRUTI, 2009, p. 83-84).

Logo, no contexto em que Movimento Negro passou a exigir do Estado a implementação de políticas que considerassem a situação de desigualdade racial e o racismo, a participação do Movimento Quilombola pôs em pauta a especificidade das suas demandas, inclusive a necessidade de uma educação escolar que contemplasse a realidade sócio-histórica, política, econômica e cultural: a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) e várias outras organizações quilombolas locais reivindicaram ao Estado brasileiro, um atendimento educacional que levasse em consideração a realidade quilombola no país (BRASIL, 2011, p. 4).

No dia 10 de novembro de 2010, houve o 1º Seminário Nacional de Educação Quilombola, organizado pelo Ministério da Educação (MEC), através da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e inclusão (SECADI), e com apoio da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), onde a Câmara de Educação Básica pôde ouvir os docentes e os gestores quilombolas presentes sobre as suas principais demandas educacionais. O texto referência das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Quilombola, construído ao longo de 2011 pela Câmara de Educação Básica (CEB) com o assessoramento de comissão composta por membros da Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombola (CONAQ), SECADI, Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), SEPPIR, Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (SEB/MEC) e Fundação Cultural Palmares (FCP), e por meio de três audiências que ocorreram nos Estados do Maranhão, Bahia e Distrito Federal. Destaca-se, inclusive, que a primeira audiência ocorreu na cidade de Itapecuru-Mirim, no dia 5 de agosto de 2011, das 9h às 13h, no Itapecuru Social Clube, contando com 368 participantes (BRASIL, 2012b, p. 3).

Então, as Diretrizes Nacionais para a Educação Básica Escolar Quilombola foram instituídas pela Resolução CEB/CNE nº 8, de 20 de novembro de 2012. A partir dela, estabeleceu-se que a Educação Escolar Quilombola compreende aquela oferecida nas escolas quilombolas e nas escolas que recebem alunos quilombolas fora de suas comunidades de origem.

No Maranhão, o Governo do Estado, por meio das Secretarias de Estado da Educação (SEDUC) de Igualdade Racial (SEIR), Conselho Estadual de Educação (CEE-MA) instituiu as Diretrizes Curriculares Estadual para a Qualidade da Educação Escolar Quilombola no Sistema de Ensino do Maranhão, pela Resolução Nº 189/2020 – CEE/MA, fundamentada pelo Parecer nº 212/2020, como parte do conjunto de políticas públicas de ações afirmativas na perspectiva de promoção da igualdade racial estabelecidas no Programa Maranhão Quilombola (MARANHÃO, 2021, n.p.).

Entretanto, Arruti (2017, p. 109) aduz que a educação escolar quilombola é um objeto em construção para a administração pública, assim como o conceito de quilombo. Há, por isso, dificuldade na proposição de um retrato preciso, proposta pedagógica específica ou política pública definida:

Os conceitos ainda estão em litígio: ou ainda não foram incorporados nas contagens oficiais ou, quando o foram, o seu registro é impreciso, já que suas definições ainda se encontram em ajuste e em disseminação entre os administradores públicos (ARRUTI, 2017, p. 109).

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Por isso, foi essencial que a construção das Diretrizes para a educação básica quilombola envolvesse gestores e corpo técnico, acadêmicos, organizações sociais e o público sujeito da política. Ainda assim, ao pesquisar a relação das Diretrizes para Educação Básica Quilombola na Unidade de Ensino Básico Elvira Pires, escola municipal localizada em Santa Rosa dos Pretos, Quilombo de Itapecuru-Mirim, observou-se:

A emissão das Diretrizes para Educação Básica Quilombola pela Câmara de Educação Básica (CEB) do Conselho Nacional de Educação (CNE), em 20 de novembro de 2012 (Resolução CEB/CNE no 8/2012), é resultado de luta por uma educação escolar que dialogue com os povos quilombolas em seus territórios, com suas histórias, suas culturas, suas pautas e modos de vida. Entretanto, a inefetividade dessas Diretrizes ainda é um problema enfrentado. (COELHO; BRUZACA, 2022, p. 361)

Para uma melhor compreensão desse problema, parte-se do entendimento de que “as políticas públicas sociais do Estado devem ser pensadas no conjunto do capitalismo, de seu movimento, suas contradições e conjunturas históricas, bem como das especificidades territoriais” (SANTOS, 2021, p. 35). Ou seja:

A questão social com as consequentes políticas sociais e as relações étnico-raciais na sociedade capitalista devem ser abordadas sob o ponto de vista de sua historicidade. A análise deve passar pelo processo de acumulação e reprodução do capital, e os impactos sociais e econômicos sobre a classe trabalhadora, que se constituirá em classe essencial nas demandas por políticas públicas sociais. (SANTOS, 2021, p. 37)

Aqui enfoca-se grupos étnicos com anseios sociais mais específicos com anseios antagônicos aos de acumulação e reprodução do capital, que são atravessados pela colonialidade e pelo racismo nas mais diversas formas que permeiam o capitalismo brasileiro, inclusive na forma do racismo ambiental.

4 INFLUÊNCIAS ESTRUTURAIS NA RELAÇÃO ENTRE A EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA E AS REIVINDICAÇÕES DOS SUJEITOS

A educação pública, gratuita e de qualidade é um direito do povo e dever do estado materializar. No entanto, no Brasil, há uma certa distância para que esse

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



direito contemple a todos e todas. Quando se fala da Educação Escolar Quilombola, também direito legalmente instituído, percebe-se problemas mais específicos ainda. Para a análise desta problemática, é necessário remontar à historicidade, ao sistema que estamos inseridos e às bases estruturantes dele.

Em pesquisa para Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) de Direito da Universidade Federal do Maranhão, intitulada “Educação Básica Quilombola e a luta de Santa Rosa dos Pretos por Direitos Étnicos: a aplicação da Resolução CNE/CEB nº 8/2012 na U.E.B. Quilombola Elvira Pires”, respondeu-se o problema de pesquisa resumido na questão: “em que medida as Diretrizes para Educação Básica Quilombola na Unidade de Ensino Básico Quilombola Elvira Pires se relacionam com as lutas por direitos étnicos do povo do Quilombo de Santa Rosa dos Pretos?”. A partir de um estudo qualitativo, utilizando-se da perspectiva de membros da comunidade, obteve-se como resultado que a educação quilombola é reivindicação pela qual se luta para que, conquistada, contribua com outras lutas por direitos étnicos travadas pelo povo de Santa Rosa dos Pretos, diante de muitos conflitos étnicos, socioambientais e coloniais; que, apesar do conteúdo da Resolução nº 8/2012 contemplar as reivindicações dos lutadores quilombolas de Santa Rosa dos Pretos, essa norma não é efetivada na escola analisada; e, por fim, verificou-se que a necessidade da educação básica quilombola encontra-se na reafirmação e valorização da identidade da comunidade, que é alicerce para a luta contra a violência sofrida (COELHO; BRUZACA, 2022).

O Brasil foi um país colonizado, ou seja, teve sua soberania sob o poder de outro povo ou nação, no caso, do país europeu Portugal. Nesse ínterim, cabe discorrer sobre a colonialidade: padrão de poder resultante do colonialismo, que não se limita a um vínculo formal de poder entre dois povos ou nações, mas se expressa na forma como o trabalho, o conhecimento, a autoridade e as relações intersubjetivas se articulam entre si no capitalismo e na ideia de raça (MALDONATO-TORRES, 2007, p. 131).

PROMOÇÃO



APOIO



Assim, o eurocentrismo é uma perspectiva e modo concreto de produzir conhecimento determinado pelo padrão mundial de poder, colonial/moderno, capitalista e eurocentrado (QUIJANO, 2000, p. 126). Nesse sentido,

Não se trata, em consequência, de uma categoria que implica toda a história cognoscitiva em toda a Europa, nem na Europa Ocidental em particular. Em outras palavras, não se refere a todos os modos de conhecer de todos os europeus e em todas as épocas, mas a uma específica racionalidade ou perspectiva de conhecimento que se torna mundialmente hegemônica colonizando e sobrepondo-se a todas as demais, prévias ou diferentes, e a seus respectivos saberes concretos, tanto na Europa como no resto do mundo. (QUIJANO, 2000, p. 126)

O racismo foi, na configuração do poder colonial, o principal elemento constitutivo, fundacional, das relações de dominação. Logo, a formação de relações na América colonizada foram fundadas nessa ideia, produzindo identidades sociais historicamente novas: “índios”, negros e mestiços, e redefiniu outras. Tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, tecendo o padrão de dominação. “Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população” (QUIJANO, 2000, p. 117).

Destarte, “o nascimento e consolidação do capitalismo têm relação intrínseca com o projeto colonial, nascido no bojo da conquista da América, do tráfico de escravizados e da escravidão moderna”. Isso faz parte da imposição de um modelo cultural e civilizatório defendido como superior (SANTOS, 2021, p. 38).

Nesse contexto, a escravidão dos negros trazidos do continente africano e de seus descendentes durou, institucionalizada, por mais de 300 anos e suas consequências perduram na realidade social brasileira. A resistência dos escravizados aconteceu também através da valorização das suas diversas identidades culturais, que sofreram e sofrem a tentativa de apagamento.

Os Quilombos surgiram na resistência a esse processo e, na atualidade, trata-se de comunidades tradicionais com ancestralidade negra, definidas pelos próprios sujeitos por auto representação e critérios político-organizativos que norteiam suas mobilizações e forjam a coesão em torno de uma certa identidade.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Considera-se os procedimentos de classificação determinados pelos autodefinidos quilombolas a partir dos próprios conflitos, “e não necessariamente aqueles que são produto de classificações externas, muitas vezes estigmatizantes” (ALMEIDA, 2002, p. 68-69).

Destaca-se, que embora inseridas no sistema capitalista, geralmente, seus modos de vida vão em contrapartida ao que Marx (2004, p. 80) descreve como “interconexão essencial entre a propriedade privada, a ganância, a separação de trabalho, capital e propriedade de terra, de troca e concorrência, de valor e desvalorização do homem, de monopólio e concorrência etc.”. Segundo o autor, “[...] a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens” (MARX, 2004, p. 80).

Ocorre que as comunidades quilombolas tendem a valorizar prioritariamente o mundo dos homens, a cultura e a natureza. Por isso, a ideia de desenvolvimento da modernidade fundamentada na colonialidade, que considera como prioridade ou mesmo estritamente, o crescimento econômico, tem como consequência uma série de conflitos socioambientais, pois prima pelas significações etnocêntricas e racistas, promovendo a degradação do meio ambiente e a desconsideração dos modos de criar, fazer e viver de grupos étnicos sociais, de povos e comunidades tradicionais, como os quilombolas (BRUZACA, 2021, p. 44). Nesse sentido:

Na medida em que prepondera uma visão feroz e insensível social e ecologicamente, mantém-se a visão estritamente econômica, marcadamente etnocêntrica e racista, repercutindo em violações a direitos, como ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, à saúde, ao território e à proteção da cultura. A visão restrita do desenvolvimento não contribui para o diálogo, visto desconsiderar os danos sociais e ambientais em favor de ganhos monetários e das necessidades do mercado. [grifo nosso] (BRUZACA, 2021, p. 45)

Em vista disso, o direito à educação quilombola é um direito étnico que vai em contrapartida ao ensino eurocentrado, que tem o condão de valorizar as identidades das comunidades quilombolas e, dessa forma, fortalecer a luta contra violações de outros direitos. Entende-se que a visão educacional não pode deixar de ser crítica à opressão real em que vivem as pessoas e, ao mesmo tempo, uma

PROMOÇÃO



APOIO

expressão de sua luta pela liberdade. Nesse sentido, “a ideia da liberdade só adquire plena significação quando comunga com a luta concreta dos homens por libertar-se”. Assim, sujeitos vitimados por opressões podem encontrar nesta concepção educacional crítica um complemento para as lutas que protagonizam (FREIRE, 1967, p. 8).

No entanto, as políticas públicas, por mais que visem dirimir desigualdades e opressões, são medidas paliativas aplicadas por um Estado estruturado por um sistema essencialmente desigual e opressor. Este fato não exclui a importância de políticas públicas educacionais quilombolas, mas explica os impasses e desafios para a implementação de uma política pública que realmente contemple as reivindicações contra-hegemônicas de comunidades quilombolas.

3 CONCLUSÃO

1. A educação quilombola deve servir para ampliar o poder de luta dos sujeitos. A luta é necessária para a existência das comunidades, diante de inúmeros conflitos motivados pela tentativa de homogeneização social do sistema capitalista e divergência de interesses, modos de vida e valores. O poder de luta advém da identidade específica e contra-hegemônica da comunidade e, assim, a educação quilombola é importante na medida em que valoriza essa identidade;

2. A construção da educação escolar quilombola como política pública educacional específica foi uma reivindicação do movimento negro e do movimento quilombola e contou com a participação ativa desses movimentos na elaboração das diretrizes educacionais. No entanto, há impasses e desafios para sua implementação;

3. As políticas públicas, por mais que visem dirimir desigualdades e opressões, são medidas paliativas aplicadas por um Estado estruturado por um sistema essencialmente desigual e opressor (capitalista, colonialista e racista). Este fato não exclui a importância de políticas públicas educacionais quilombolas, mas

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



explica os impasses e desafios para a implementação de uma política pública que realmente contemple as reivindicações contra-hegemônicas de comunidades quilombolas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os quilombos e as novas etnias. In: Eliane Cantarino O'Dwyer (org.). **Quilombos**: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

ARRUTI, José Maurício. Políticas Públicas para Quilombos: terra, saúde e educação. In: PAULA, Marilene; HERINGER, Rosana. **Caminhos Convergentes**: estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll ActionAid, 2009.

ARRUTI, José Maurício. Conceitos, normas e números: uma introdução da educação escolar quilombola. **Revista Contemporânea de Educação** [Online], v. 12, n. 23, 27 abril 2017. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/viewFile/3454/7619>>. Acesso em: 19 dez. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 01 dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação e Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB no 16/2012**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 05 jun. 2012. Disponível em: <http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/diretrizes_curric_educ_quilombola.pdf>. Acesso em: 12 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB n. 8, de 20 de novembro de 2012**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF: MEC/CNE/CEB, 21 nov. 2012a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/17417-ceb-2012>>. Acesso em: 02 fev. 2021.

PROMOÇÃO



APOIO

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CEB no 16/2012**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 05 jun. 2012b. Disponível em: <http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/diretrizes_curric_educ_quilombola.pdf>. Acesso em: 12 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Texto referência para a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola**. Brasília, DF: CNE/CEB, 2011. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8527-380texto-referencia-diretrizes-curriculares-educacao-quilombola-cne2011-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 02. fev. 2022.

BRUZACA, Ruan Didier. **Quilombos, judiciário e desenvolvimento**: Santa Rosa dos Pretos contra Vale no Maranhão, São Luís: EDUFMA, 2021.

CAMARÃO, Felipe. Educação quilombola: investimento e respeito ao povo negro. 06 nov. 2017. Disponível em <<https://www3.ma.gov.br/agenciadenoticias/?p=203867>> . Acesso em: 10 nov. 2022.

COELHO, Larissa Carvalho; BRUZACA, Ruan Didier. Educação básica quilombola e a luta de Santa Rosa dos pretos por direitos étnicos: a aplicação da Resolução CNE/CEB nº 8/2012 na U.E.B. Quilombola Elvira Pires. **Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas** [Recurso Eletrônico], Bebedouro, SP, v.10, n.1, jan./abr. 2022. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/44838>. Acesso em: 04 ago. 2022.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e terra LTDA, 1967.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. 5. reimp. São Paulo: Atlas, 2007.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. (Orgs.) **El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Central-IESCO, Siglo del Hombre Editores, 2007.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos filosóficos**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2004.

OLIVEIRA, Tamara Fresia Mantovani de. MARTINS, Cynthia Carvalho. **Escola quilombola**: revisitando tradições culturais do quilombo da Fazenda na Toca da Mãe do Ouro. 1 ed. Araraquara: Junqueira & Marin, 2018.

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SANTOS, Rosenverck Estrela. Da emancipação negra à emancipação humana: política de promoção da “igualdade racial” e superação do racismo.. 2021. 223 f. **Tese Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas/CCSO** - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2021. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/tede/3473>. Acesso em: 20 nov. 2022.

PROMOÇÃO



APOIO

